



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade analisar a necessidade de aquisição de materiais destinados à execução de novos forros de PVC, bem como à manutenção, melhoria e recuperação dos forros existentes em diversos prédios públicos pertencentes à Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita/SP.

A necessidade decorre da existência de ambientes que demandam a instalação de novos forros e de locais cujos forros atuais apresentam danos, deterioração, desprendimento de componentes ou outras condições que tornam necessária a realização de reparos ou a substituição de partes comprometidas.

A conservação adequada dos forros contribui para a manutenção das condições de uso, higiene, acabamento e conforto dos ambientes, além de colaborar para a preservação das instalações e do patrimônio público municipal.

A contratação possui caráter de atendimento imediato, considerando a necessidade de disponibilizar os materiais necessários para a realização das intervenções identificadas, evitando o agravamento dos danos existentes e permitindo o restabelecimento das condições adequadas dos ambientes públicos.

A execução dos serviços será realizada por mão de obra própria da Prefeitura, conforme a disponibilidade operacional do Município, motivo pelo qual se faz necessária a aquisição dos materiais e componentes indispensáveis à realização dos trabalhos.

Dessa forma, a aquisição pretendida visa assegurar os meios materiais necessários à execução dos serviços de manutenção predial, promovendo a conservação dos imóveis públicos e o adequado atendimento das necessidades da Administração Municipal.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação deverá observar o planejamento administrativo e orçamentário do Município, bem como a previsão no Plano de Contratações Anual (PCA), quando elaborado.

Caso a demanda não esteja contemplada no planejamento vigente, deverá ser apresentada a justificativa pertinente e adotadas as providências necessárias conforme a regulamentação municipal aplicável.

A urgência operacional da aquisição deverá ser devidamente demonstrada pela unidade requisitante, sem prejuízo da observância das etapas legais de planejamento, instrução e autorização da contratação.



3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os materiais adquiridos deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade e adequados à instalação, manutenção e recuperação de forros de PVC em edificações públicas.

Deverão atender às especificações estabelecidas no Termo de Referência, observando a compatibilidade entre os componentes e as condições de aplicação.

A aquisição poderá contemplar, conforme levantamento técnico prévio:

- Réguas ou painéis de PVC para forro;
- Perfis, cantoneiras e arremates de acabamento;
- Estruturas e componentes de sustentação compatíveis com o sistema adotado;
- Parafusos, buchas, elementos de fixação e acessórios de montagem;
- Demais componentes necessários à instalação, manutenção e recuperação dos forros.

As especificações deverão indicar, quando aplicável, dimensões, espessura, comprimento, cor, padrão de acabamento, unidade de fornecimento e demais características necessárias para assegurar a compatibilidade dos materiais.

Os materiais deverão ser entregues sem avarias, deformações, trincas, quebras ou outros defeitos que comprometam sua utilização.

O fornecimento deverá ocorrer em prazo compatível com a necessidade de atendimento imediato da Administração, conforme estabelecido no Termo de Referência.

A execução dos serviços será realizada por servidores ou equipes próprias do Município, observadas as condições de segurança e a capacitação necessária para as atividades.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

As quantidades dos materiais deverão ser definidas com base em levantamento dos locais que necessitam de instalação, reparo ou substituição dos forros de PVC.

Para a elaboração dos quantitativos, deverão ser considerados:

I – A metragem dos ambientes que necessitam de novos forros;

II – A área dos forros existentes que apresentam danos e precisam de recuperação ou substituição;

III – A necessidade de substituição de perfis, estruturas de sustentação e acessórios de fixação;

IV – Os materiais necessários para acabamento e arremate das instalações;



V – As perdas técnicas decorrentes de cortes e ajustes, quando justificadas;

VI – A necessidade de compatibilização dos novos materiais com os sistemas existentes.

A relação apresentada é preliminar e deverá ser ajustada conforme as necessidades efetivamente identificadas, evitando quantitativos arbitrários ou aquisições sem justificativa.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS

Para atender à necessidade identificada, foram consideradas as seguintes alternativas:

Alternativa 1 – Aquisição dos materiais com execução dos serviços por mão de obra própria.

Consiste na aquisição dos materiais necessários à instalação, manutenção e recuperação dos forros de PVC, com execução dos serviços pelas equipes próprias da Prefeitura.

Essa alternativa permite à Administração utilizar os recursos humanos disponíveis, mantendo o controle direto sobre a execução, a programação das intervenções e a destinação dos materiais adquiridos.

Alternativa 2 – Contratação de empresa para fornecimento dos materiais e execução dos serviços.

Consiste na contratação de empresa especializada para fornecer os materiais e realizar a instalação ou recuperação dos forros.

Embora possa ser adequada em situações que demandem serviços especializados ou mão de obra indisponível, essa alternativa envolve a contratação conjunta de fornecimento e execução, não sendo a solução inicialmente pretendida para a presente demanda.

Alternativa 3 – Realização de reparos pontuais sem aquisição planejada dos materiais.

Consiste em adquirir materiais isoladamente, apenas conforme o surgimento de cada necessidade.

Essa alternativa pode dificultar o planejamento, ocasionar interrupções nos serviços e gerar maior fragmentação das aquisições.

Diante das informações disponíveis, considera-se mais adequada a aquisição dos materiais com execução dos serviços por mão de obra própria, desde que confirmadas a disponibilidade das equipes municipais e a compatibilidade técnica dos materiais.

A pesquisa de mercado e a estimativa dos preços deverão ser realizadas antes da contratação, mediante consulta a fontes idôneas, conforme a legislação aplicável.



6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado será apurado por meio de pesquisa de preços, considerando as especificações dos materiais, as quantidades definidas no levantamento e os preços praticados no mercado.

A pesquisa deverá observar o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e os regulamentos aplicáveis à Administração Municipal, utilizando parâmetros adequados à natureza dos itens.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de materiais específicos para forro de PVC, incluindo painéis, perfis, elementos de sustentação, fixação e acabamento, conforme a necessidade identificada em cada prédio público municipal.

Os materiais serão destinados tanto à instalação de novos forros quanto à recuperação de trechos danificados e à manutenção dos sistemas já existentes.

Após o recebimento, os materiais serão disponibilizados às equipes municipais responsáveis pelos serviços, conforme programação da unidade requisitante.

A utilização dos materiais deverá observar as orientações dos fabricantes, a compatibilidade entre os componentes e as condições técnicas dos ambientes.

Antes da instalação ou substituição dos forros, deverão ser verificadas eventuais infiltrações, falhas na cobertura, problemas de umidade ou outras causas que possam comprometer a durabilidade do serviço. Quando existentes, tais problemas deverão ser avaliados e corrigidos previamente, conforme a necessidade.

A solução proposta permite o atendimento das demandas de manutenção predial por meio do aproveitamento da mão de obra própria, desde que existam condições operacionais para a execução.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que os materiais necessários poderão apresentar características e unidades de fornecimento distintas, recomenda-se, em princípio, o parcelamento por itens, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar a participação de fornecedores especializados nos diferentes componentes.

O parcelamento deverá respeitar a compatibilidade técnica entre os produtos e a viabilidade econômica da aquisição.

Eventual agrupamento de itens deverá ser justificado com base em vantagens demonstráveis para a Administração, observando-se o interesse público, a economicidade e as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.



9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- I – Viabilizar a instalação de novos forros de PVC nos ambientes que necessitam dessa melhoria;
- II – Recuperar forros danificados ou deteriorados em prédios públicos municipais;
- III – Melhorar as condições de conservação, acabamento e utilização dos espaços públicos;
- IV – Preservar o patrimônio público, reduzindo a progressão de danos e a necessidade de intervenções mais abrangentes;
- V – Otimizar a utilização da mão de obra própria da Prefeitura;
- VI – Promover o uso eficiente dos recursos públicos por meio da aquisição planejada dos materiais;
- VII – Atender com maior agilidade às demandas identificadas pelas unidades municipais;
- VIII – Contribuir para a segurança e o conforto dos servidores, munícipes e demais usuários dos ambientes atendidos.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO

Antes da formalização da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- I – Realizar o levantamento dos locais que necessitam de instalação, manutenção ou recuperação dos forros;
- II – Identificar os materiais compatíveis com os sistemas de PVC existentes ou previstos;
- III – Definir os quantitativos necessários, acompanhados da respectiva memória de cálculo;
- IV – Elaborar a pesquisa de preços e a estimativa do valor da aquisição;
- V – Verificar a disponibilidade orçamentária e a adequação da despesa;
- VI – Elaborar o Termo de Referência com as especificações, condições de entrega e critérios de recebimento;
- VII – Definir o responsável pelo acompanhamento do fornecimento e pelo recebimento dos materiais;
- VIII – Verificar a disponibilidade de mão de obra própria e das ferramentas necessárias à execução;



IX – Planejar a distribuição dos materiais de acordo com as prioridades identificadas.

Em razão da necessidade de atendimento imediato, recomenda-se priorizar os locais que apresentem danos relevantes ou que demandem intervenção para restabelecer condições adequadas de uso, sem dispensar a instrução regular do procedimento de contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

A aquisição poderá apresentar relação com serviços de manutenção de telhados, calhas, coberturas, instalações elétricas, reparos de infiltrações e outras intervenções de conservação predial.

Quando forem identificadas causas que possam comprometer a instalação ou a durabilidade dos forros, deverá ser avaliada a necessidade de execução prévia dos reparos correspondentes.

A existência de contratações correlatas deverá ser verificada junto aos setores responsáveis, a fim de evitar sobreposição de despesas e assegurar a adequada coordenação das intervenções.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A execução dos serviços poderá gerar resíduos de PVC, componentes metálicos, materiais de fixação e embalagens.

Para minimizar os impactos ambientais, deverão ser adotadas, conforme aplicável, as seguintes medidas:

- I – Planejamento das quantidades para reduzir perdas e desperdícios;
- II – Armazenamento adequado dos materiais, evitando avarias e descarte prematuro;
- III – Segregação dos resíduos gerados durante a execução dos serviços;
- IV – Destinação ambientalmente adequada dos resíduos, observadas as normas ambientais e municipais aplicáveis;
- V – Aproveitamento de materiais remanescentes que estejam em boas condições e possam ser utilizados com segurança;
- VI – Priorização de materiais com qualidade e durabilidade compatíveis com a finalidade pretendida.

13. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Foram identificados os seguintes riscos principais:

1



Risco 1 – Quantitativos inadequados: a estimativa incorreta poderá resultar em falta ou excesso de materiais. Medida preventiva: levantamento das áreas e elaboração de memória de cálculo antes da contratação.

Risco 2 – Incompatibilidade dos materiais: diferenças de dimensões, perfis ou sistemas de fixação poderão dificultar a instalação. Medida preventiva: especificação técnica adequada e verificação dos sistemas existentes.

Risco 3 – Atraso na entrega: poderá comprometer o atendimento imediato da demanda. Medida preventiva: definição de prazo de entrega compatível com a necessidade administrativa e acompanhamento do fornecimento.

Risco 4 – Recebimento de produtos defeituosos ou divergentes: poderá gerar desperdícios e atrasos. Medida preventiva: conferência das quantidades e especificações no recebimento, com adoção das providências cabíveis em caso de desconformidade.

Risco 5 – Indisponibilidade de mão de obra própria: poderá atrasar a execução dos serviços. Medida preventiva: verificar previamente a disponibilidade das equipes e organizar a programação das atividades.

Risco 6 – Persistência de infiltrações ou outros problemas na edificação: poderá provocar novos danos aos forros instalados. Medida preventiva: identificar e avaliar as causas dos danos antes da realização dos reparos.

Risco 7 – Acidentes durante a instalação: atividades em altura e o manuseio de ferramentas podem oferecer riscos aos trabalhadores. Medida preventiva: observância das normas de segurança aplicáveis e utilização de pessoal capacitado e equipamentos adequados.

14. JUSTIFICATIVA DO ATENDIMENTO IMEDIATO

A necessidade de atendimento imediato decorre da existência de demandas de manutenção e recuperação de forros em prédios públicos municipais, incluindo locais que necessitam de instalação de novos componentes e ambientes com forros danificados.

A disponibilidade dos materiais permitirá que as equipes próprias da Prefeitura iniciem os serviços conforme a prioridade de cada local, contribuindo para evitar o agravamento dos danos e a interrupção prolongada da utilização dos ambientes.

A prioridade de atendimento deverá ser fundamentada em levantamento da unidade requisitante, com identificação dos locais, descrição das condições constatadas e indicação dos materiais necessários.

O caráter imediato da necessidade não afasta a obrigatoriedade de planejamento, pesquisa de preços, verificação orçamentária e adoção do procedimento de contratação adequado.



A eventual utilização de procedimento de contratação direta deverá ser avaliada separadamente pela Administração, com fundamento nos requisitos legais específicos e na documentação pertinente, não decorrendo automaticamente da urgência operacional aqui descrita.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante da necessidade de execução de novos forros de PVC e da realização de manutenção, melhorias e recuperação dos forros danificados em diversos prédios públicos municipais, conclui-se que a aquisição dos materiais correspondentes é pertinente e atende ao interesse público.

A adoção da solução de fornecimento dos materiais com execução dos serviços por mão de obra própria mostra-se, em princípio, adequada, por permitir o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis e conferir maior controle à Administração sobre a realização das intervenções.

A viabilidade técnica e econômica da contratação deverá ser confirmada por meio do levantamento das quantidades, da especificação dos materiais, da pesquisa de preços, da verificação da disponibilidade orçamentária e da confirmação da capacidade operacional das equipes municipais.

Assim, **manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento do processo de aquisição**, condicionado ao atendimento das exigências legais, à adequada instrução processual e à aprovação pela autoridade competente.

O presente Estudo Técnico Preliminar servirá de fundamento para a elaboração do Termo de Referência e para o prosseguimento das etapas subsequentes da contratação, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e a regulamentação aplicável ao Município.

Barra Bonita, 07 de OUTUBRO de 2026



Paulo Sérgio de Jesus
Secretário Municipal de Obras e Serviços

Jose Roberto Tozzi
Chefe do Departamento de Instalações elétricas.